



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de julho.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

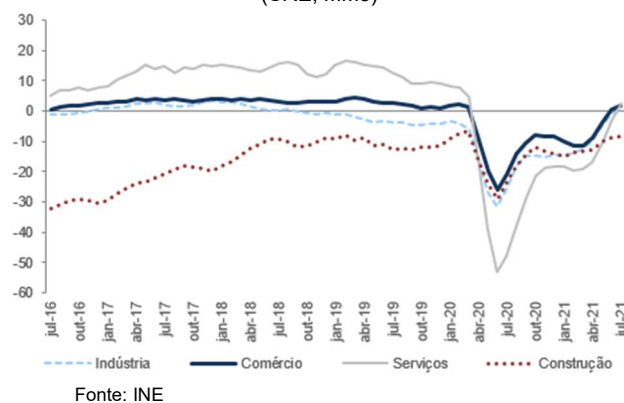
2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

Segundo a estimativa rápida do INE, no segundo trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento homólogo real de 15,5% (-5,3% no primeiro trimestre). Comparativamente com o primeiro trimestre, a procura interna teve um contributo positivo para a variação homóloga do PIB, enquanto que a procura externa líquida apresentou um contributo menos negativo.

Em julho, o indicador de clima económico do INE diminuiu, depois dos aumentos registados entre março e junho, mas mantendo-se num nível acima do observado em março de 2020. De facto, nesse mês, observou-se uma diminuição dos indicadores de confiança em todos os setores de atividade, indústria transformadora, comércio, serviços e construção e obras públicas.

Figura 2.1. Indicadores de confiança
(SRE, MM3)

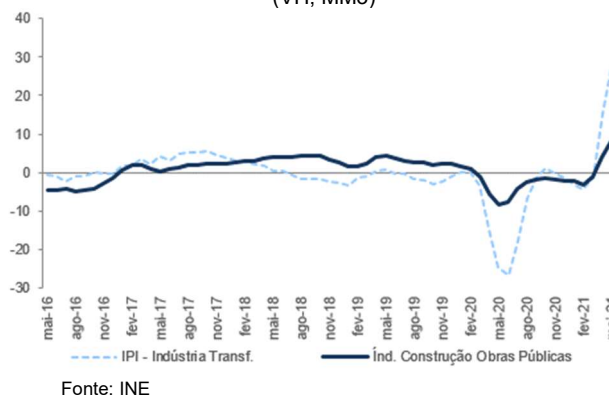


No trimestre terminado em maio, o indicador de atividade económica registou um crescimento de 7,2% (que compara com uma queda de 1,1% no primeiro trimestre).

Numa perspetiva setorial, no trimestre terminado em maio, os dados mostram que:

- Na indústria transformadora, o índice de volume de negócios apresentou um aumento de 41% e o índice de produção apresentou um crescimento de 27,7% (0% e -1,4% no primeiro trimestre, respetivamente);
- Na construção e obras públicas, o índice de produção registou um crescimento de 8,2% (-1% no primeiro trimestre);
- Nos serviços, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 24,8 (-11,9% no primeiro trimestre);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou um crescimento de 17,5% no segundo trimestre (-7,4% no primeiro trimestre).

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-16,4	-5,6	-6,1	-5,3	15,5	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-1,1	-5,7	-1,4	-0,8	-1,4	1,6	-0,9	0,8	1,8	2,2	1,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-31,6	-14,8	-14,3	-12,4	-0,7	-9,5	-6,5	1,7	2,7	-3,2
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	-26,2	-10,5	-8,3	-11,5	0,6	-9,1	-2,7	-0,6	4,9	1,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	-53,2	-28,4	-18,2	-19,2	-2,6	-16,2	-10,3	-4,4	6,8	5,2
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-29,1	-14,4	-14,1	-13,4	-8,6	-13,6	-10,6	-5,6	-9,5	-9,8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,3	-26,9	-1,3	-1,4	-1,7	:	6,6	44,4	32,1	:	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,7	-28,8	-6,7	-6,6	-0,4	:	17,5	63,0	42,5	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,7	-30,8	-14,4	-13,4	-12,6	:	0,7	43,2	30,5	:	:

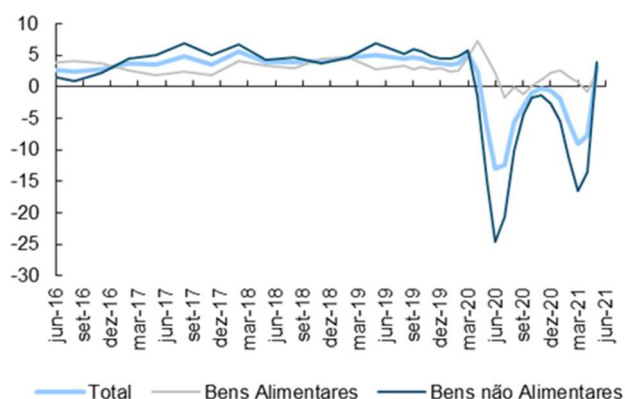
Fonte: INE.

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de 16% em maio para 7,8% em junho, com as vendas dos bens não alimentares, a registar um aumento de 10,3, (31,4% em maio) e as de bens alimentares um aumento de 4,8% (0,6% no mês precedente).

Em média, nos últimos três meses, o índice apresentou um crescimento de 16,8% em junho, o que se traduz num aumento em relação ao mês anterior (+2,1 p.p.).

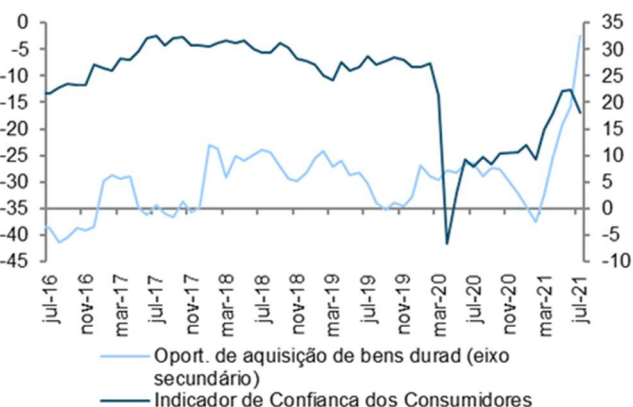
Figura 2.3. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

Em julho, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu retrocedendo para um nível observado abril. A evolução respeitante a este mês reflete o contributo negativo das expectativas relativas à evolução futura da situação económica do país, bem como das perspetivas passadas e futuras da situação financeira do agregado familiar. Em sentido contrário, as expectativas relativas à evolução futura da realização de compras importantes foram positivas.

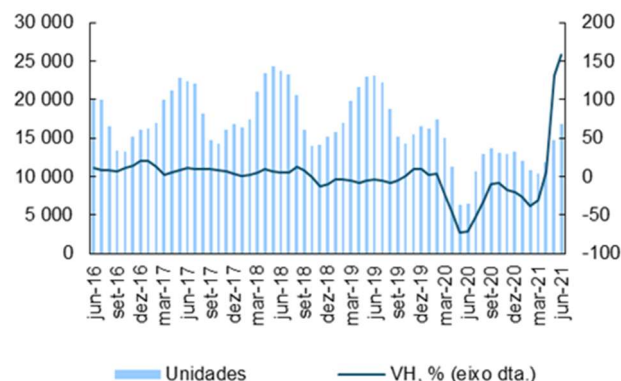
Figura 2.4. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em junho de 2021 foram vendidos 18 936 veículos ligeiros de passageiros, mais 2275 unidades do que maio e mais 7 860 unidades do que em junho de 2020, correspondendo a um crescimento homólogo de 71,0%. Refira-se que estes resultados são influenciados por um efeito base, dado que a comparação incide sobre meses afetados pela pandemia.

Figura 2.5. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-5,8	-14,4	-4,0	-4,6	-6,9	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-33,1	-26,3	-26,2	-23,0	-14,2	-20,2	-17,1	-12,8	-12,6	-17,0
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	-48,1	-29,4	-19,1	-28,2	-13,9	-35,5	-28,3	-16,8	3,2	-4,8
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	-12,5	-1,0	-2,0	-7,7	16,8	2,1	28,6	16,0	7,8	:
Bens Alimentares	VH	1,8	-1,7	0,1	2,6	-0,8	5,5	-1,7	11,5	0,6	4,8	:
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-20,8	-1,8	-5,5	-13,6	27,5	5,8	47,6	31,4	10,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-71,7	-10,2	-20,1	-31,5	157,6	19,8	438,7	190,2	71,0	:
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,4	-14,2	-7,6	-5,8	-9,1	:	4,7	26,9	17,8	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

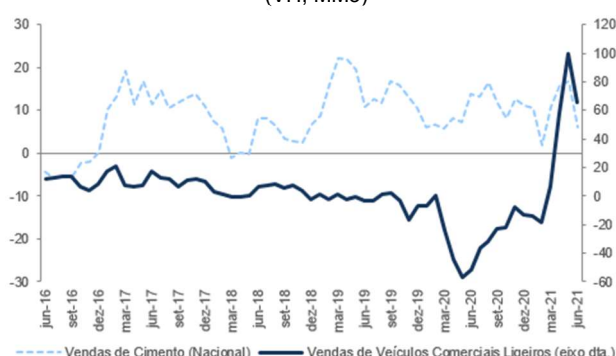
Investimento

Os dados disponíveis do segundo trimestre, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento registaram um crescimento de 6% (10,8% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 65,4% (6,4% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 166,6% (29,1% no primeiro trimestre).

O volume de vendas de bens de investimento registou um crescimento de 0,7% (-14% no primeiro trimestre).

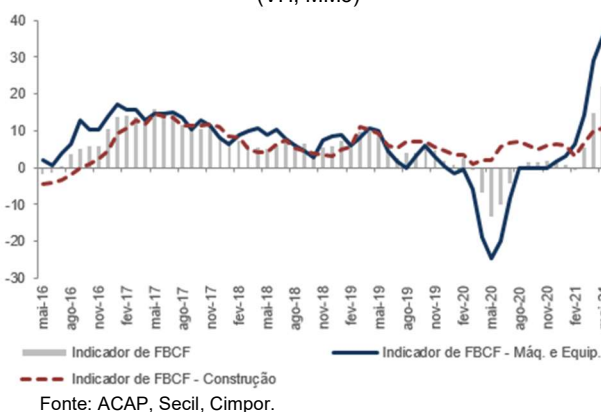
Figura 2.6. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

De acordo com o INE, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou, no trimestre terminado em maio, uma taxa de variação homóloga de 22%. Este crescimento expressivo é explicado por um efeito base, uma vez que no trimestre homólogo, por via da pandemia em Portugal, registou-se uma queda abrupta deste indicador nas componentes de material de transporte e de máquinas e equipamentos. A evolução deste indicador resultou de aumentos dos contributos de todas as componentes, máquinas e equipamentos, material de transporte e construção (melhoria de 6,3 p.p., 137,5 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente).

Figura 2.7. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)

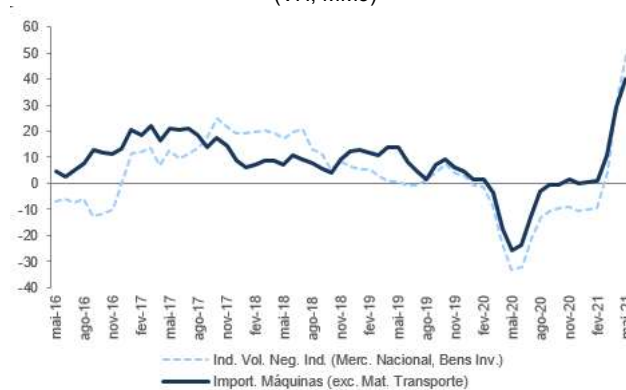


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No trimestre terminado em maio, em termos médios homólogos, observou-se que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 40,2% (melhoria de 29,4 p.p. face ao observado no primeiro trimestre);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional registou um crescimento de 49,7% (melhoria de 45,4 p.p. face ao observado no primeiro trimestre);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 43,1% (melhoria de 35,2 p.p. face ao observado no primeiro trimestre).

Figura 2.8. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-4,7	-10,0	-7,2	0,8	3,9	:	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-1,8	-8,6	0,7	1,0	4,1	:	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	-1,9	-10,1	1,4	1,8	5,4	:	-0,8	5,4	14,7	22,0	:
Vendas de Cimento	VH	10,6	13,7	11,7	11,2	10,8	6,0	2,4	31,0	13,3	7,0	-1,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-28,3	-51,5	-23,4	-13,1	6,4	65,4	-17,8	87,7	203,4	52,3	19,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-27,9	-68,2	6,0	-8,4	29,1	166,6	25,0	107,1	283,3	190,4	106,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-22,1	-53,0	-15,7	-7,3	-14,0	0,7	-12,1	-33,7	0,9	5,7	-4,5
Licenças de Construção de fogos	VH	0,5	-2,4	-2,2	6,5	7,9	:	-15,9	77,1	75,3	-16	:
Importações de Bens de Capital**	VH	-7,0	-23,5	-0,6	0,1	10,8	:	7,4	30,2	58,2	36,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-15,5	-32,2	-10,4	-10,6	4,3	:	-4,6	29,9	103,7	36,0	:

* No Comércio por Grosso; ** Excepto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em maio de 2021, apontam para uma variação, em termos médios homólogos, de 51,5% das exportações e de 38,9% das importações (6% e -4,9% no primeiro trimestre, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

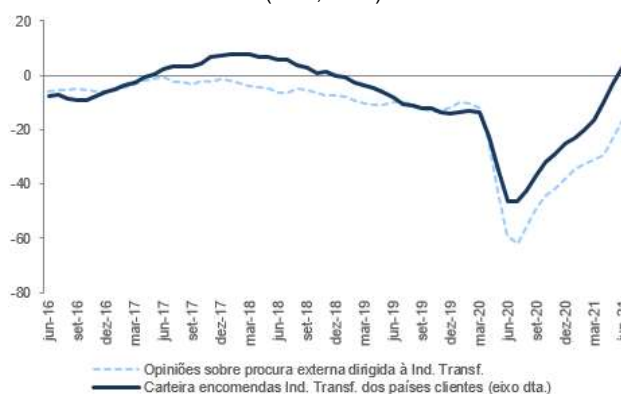
No mesmo período e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 53,4% na componente intracomunitária (6% no primeiro trimestre) e de 45,7% na componente extracomunitária (6% no primeiro trimestre);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de 39,8% no mercado intracomunitário (-2,7% no primeiro trimestre) e de 36,2% na componente extracomunitária (-11,4% no primeiro trimestre);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 82,8% (75,7% em igual período de 2020).

No segundo trimestre, as opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora continuaram em recuperação, atingindo um valor positivo, o que já não se verificava desde novembro de 2018.

As opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, no trimestre terminado em julho, continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

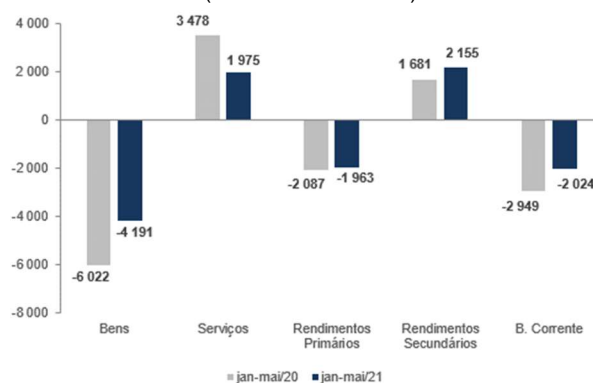
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até maio de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 2 024 milhões de euros, representando uma melhoria de 925 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria no saldo da balança de bens e das balanças de rendimentos primários e secundários, compensando a deterioração do saldo da balança de serviços.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, registou-se uma necessidade de financiamento da balança corrente e de capital de 986 milhões de euros (representando uma melhoria na necessidade de financiamento em 760 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-5,3	-39,2	-16,0	-14,4	-9,6	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-11,9	-18	-29,1	-11,1	-6,0	-4,3	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,0	0,0	-0,8	-1,2	-2,0	-2,4	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,1	12	10	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	-10,2	-3,0	-30,9	-3,1	-3,2	6,0	-10,5	2,1	29,1	82,1	54,8
Entradas de Bens	VH nom	-5,1	-3,2	-33,8	-2,9	-9,7	-4,9	-16,8	-10,5	13,9	61,3	52,6

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

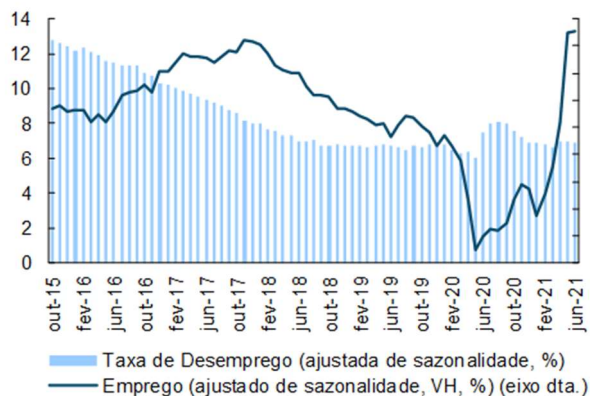
Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021	Dif.
			1T	2T	3T	4T		jan-mai	jan-mai	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	256	115	-1384	988	537	181	-1746	-986	760
Saldo Balança de Bens	"	-12 186	-4 086	-2 667	-2 605	-2 828	-2 056	-6 022	-4 191	1831
Saldo Balança de Serviços	"	8 603	2 887	1 145	2 766	1806	1119	3 478	1975	-1503
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 034	-508	-1429	-756	-342	-556	-2 087	-1963	123
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 240	1061	945	1 143	1091	1021	1681	2 155	474

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego em junho de 2021 se tenha situado em 6,9%, traduzindo-se numa diminuição de 0,1 p.p. relativamente ao mês anterior, mais 0,3 p.p. por comparação com três meses antes e 0,6 p.p. inferiores relativamente a junho de 2020.

Figura 2.12. Emprego e Taxa da Desemprego

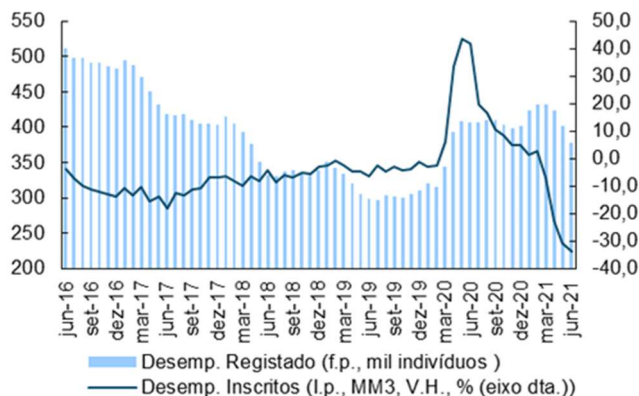


Fonte: INE

No final de junho, estavam registados, nos centros de emprego, 377 872 pessoas desempregadas, o que corresponde a uma diminuição de 7,1% (menos 28 793 pessoas) face a junho de 2020. Em termos mensais, a evolução é positiva, com menos 24 311 desempregados (-6%).

O desemprego diminuiu, face ao período homólogo de 2020, em todos os grandes setores, nomeadamente: no "Agrícola" (-4%), no "Secundário" (-13,7%) e Terciário (-9,4%).

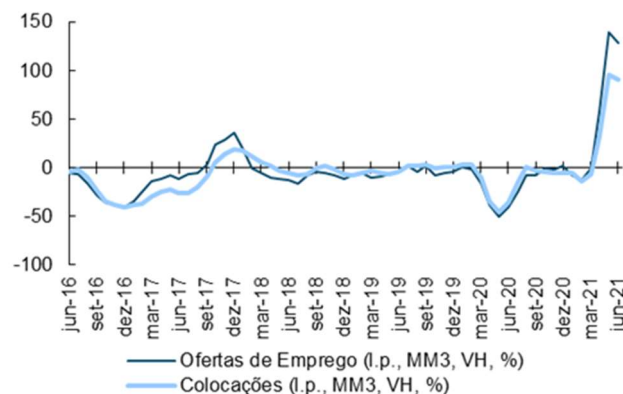
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de junho, foram de 24 081, traduzindo uma variação anual de 101,8% e mensal de 14,6%. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos diminuiu, em média, -33,9% em junho (-30,9% e -22,7%, nos trimestres terminados em maio e abril, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações aumentou 0,8 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 59,3% das ofertas de emprego.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	7,0	5,7	8,0	7,3	7,1	:	6,8	6,6	7,0	7,0	6,9
Emprego Total*	VH	-1,9	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	:	-1,4	-0,5	1,2	4,5	4,5
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-10,7	36,4	36,1	29,6	25,9	-7,1	36,8	25,9	8,0	-1,7	-7,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	41,8	10,4	4,9	-6,9	-33,9	6,1	-18,7	-43,2	-27,6	-26,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-41,3	-7,9	1,7	-0,1	128,2	-22,3	58,1	310,8	151,9	56,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	14,2	6,0	6,8	7,0	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	4,3	1,4	2,3	1,3	:	-	-	-	-	-

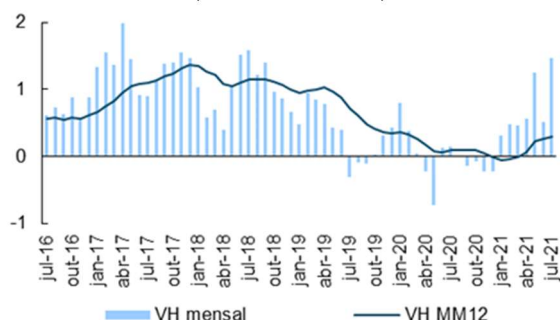
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

Segundo a estimativa rápida do INE, a taxa de variação homóloga do índice de Preços no Consumidor terá sido de 1,5% em julho, uma aceleração de 1p.p. face a junho. Em termos mensais, a variação do IPC foi de -0,3% (0,2% no mês precedente e -1,3% em julho de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi 0,3%, (0,3% em junho).

Figura 2.15. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

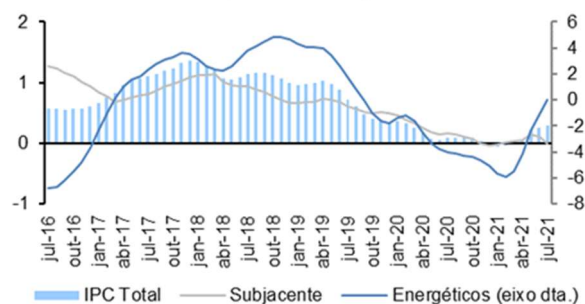


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,9% (-0,3% no mês anterior). O índice referente aos produtos alimentares não transformados registou um aumento para 0,6% (0,1% em junho), enquanto o agregado relativo aos produtos energéticos registou 8,7% (9,0% no mês precedente).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi 0,2% em julho (0,1% no mês anterior), com uma variação média de 2,2% nos produtos alimentares não transformados e de -0,2% nos produtos energéticos.

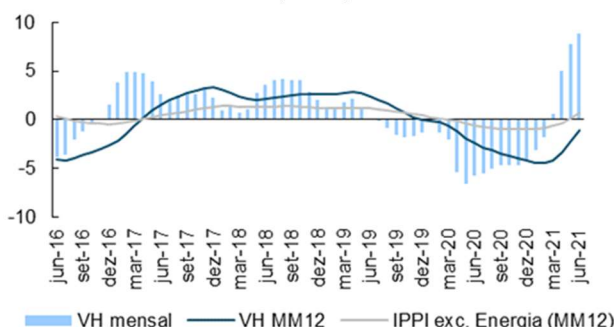
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em junho, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 8,9% (ou seja, uma aceleração de 1,2 p.p. face a maio), e no qual o agrupamento de energia, observa uma variação homóloga de 24,3% (24% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação dos preços na produção industrial foi 5,3% (4,2% no mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2020		2021						
			nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	-0,3	-0,1	-0,3	-0,5	1,4	0,4	0,2	0,2	-0,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	-0,2	-0,2	0,3	0,5	0,5	0,6	1,2	0,5	1,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3
IPC - Bens	VH	-0,5	-0,4	-0,5	0,3	0,5	0,4	1,4	2,2	1,6	:
IPC - Serviços	*	0,7	0,1	0,2	0,4	0,6	0,5	-0,7	-0,2	-1,1	:
IPC Subjacente*	*	0,0	-0,2	-0,1	0,6	0,7	0,1	0,1	0,6	-0,3	0,9
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-4,7	-4,0	-3,1	-1,8	0,6	5,1	7,7	8,9	:
IHPC	*	-0,1	-0,4	-0,3	0,2	0,3	0,1	-0,1	0,5	-0,6	1,1
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	-0,1	0,0	-0,7	-0,6	-1,2	-1,7	-1,5	-2,5	:

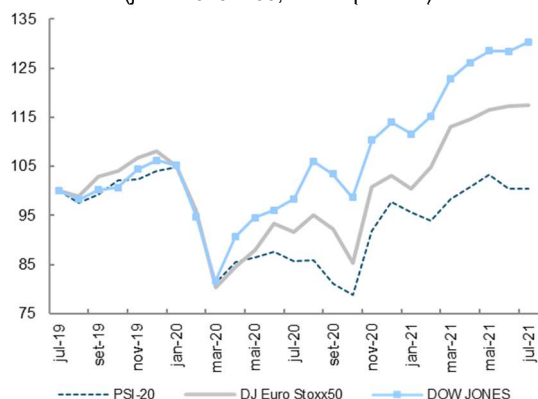
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais registaram um menor crescimento, causado sobretudo pela persistência de tensões inflacionistas nos EUA e pelas preocupações em torno do aumento de contágios da COVID-19 em alguns países. Assim, a 27 de julho de 2021, o índice *Dow Jones* apreciou-se 1,5% face ao final de junho, e o *Euro Stoxx50* estabilizou.

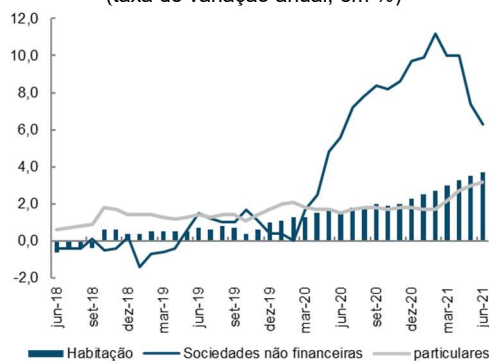
Figura 2.18. Índices Bolsistas
(julho 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho/2021, o valor é do dia 27.

Em Portugal, a variação anual dos empréstimos às empresas não financeiras foi de 6,3% em junho de 2021 (7,4% em maio) representando um abrandamento a todas as classes de dimensão das empresas; com destaque para as micro. Para os particulares, esta aumentou para 3,2% (3% em maio) com destaque para o reforço do crédito à habitação (3,7%).

Figura 2.19. Empréstimos bancários
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Em maio de 2021, as taxas de juro de novos empréstimos desaceleraram para as empresas (1,8%); já que para os particulares as taxas mantiveram-se praticamente inalteradas (2,3%), cuja taxa do crédito à habitação subiu ligeiramente para 0,83%.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2020	2020			2021					
			out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,115	0,035	0,061	0,044	0,322	0,227	0,470	0,457	0,408
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemani	p.b.	64	74	61	64	56	58	52	68	64	61
PSI 20*	VC	-6,1	-3,0	16,7	6,4	-2,1	-19	4,8	2,5	2,6	-2,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	19	2,0	2,3	2,5	2,7	3,0	3,3	3,5	3,7
- para consumo	va	0,5	2,1	1,7	0,5	-0,5	-1,7	-1,3	0,3	1,0	1,4
Empréstimos a empresas	va	9,7	8,2	8,6	9,7	9,9	11,2	10,0	10,0	7,4	6,3
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	100	104	102	100	0,98	0,97	0,95	0,93	0,92	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,13	2,12	2,08	2,08	2,06	2,04	2,03	2,01	:

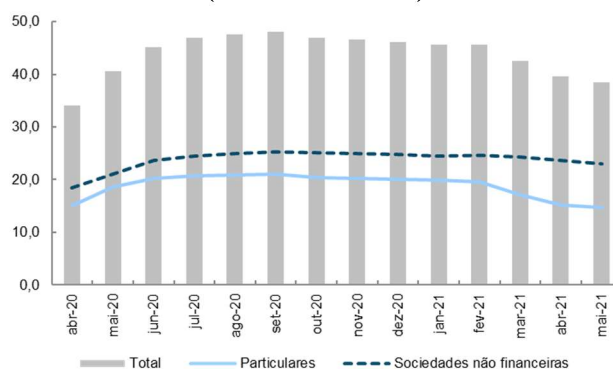
* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

As moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal diminuíram para 38,5 mil milhões de euros no final de maio de 2021 (39,7 mil milhões, em abril) devido sobretudo à redução do segmento das sociedades não financeiras.

Do total de empréstimos abrangidos por moratórias, 22,9 mil milhões de euros pertenciam às sociedades não financeiras (30% da carteira de crédito deste segmento) e 13,2 mil milhões respeitaram à habitação (13,5% do crédito desta vertente).

Entretanto, o rácio de empréstimos não produtivos (*NPL*) diminuiu para 4,6% no primeiro trimestre de 2021 (4,9% no final de 2020).

Figura 2.20. Moratórias bancárias
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Após 18 anos, o Banco Central Europeu anunciou, em 8 de julho de 2021, a revisão da estratégia de orientação futura das taxas de juro (*forward guidance*) ajustada à nova meta de inflação de 2% (em vez de “abaixo, mas próximo de 2%”) contribuindo para as políticas da Comissão Europeia de pleno emprego e de proteção do meio ambiente.

A taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos desceu significativamente em julho de 2021, levando a um ligeiro aumento dos prémios de risco dos países periféricos, tendo no caso de Portugal ascendido a 64 p.b. no dia 27 (61 p.b. no final de junho).

De acordo com a evolução do sistema bancário do primeiro trimestre de 2021, os rácios de rentabilidade do ativo e do capital próprio aumentaram para 0,41% e 4,7% (0,23% e 2,5%, respetivamente, no primeiro trimestre de 2020).

Finanças Públicas

Concluído o primeiro semestre de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 7 060 M€ (um agravamento homólogo de 150 M€), com a *Receita Efetiva* a crescer 4,6% que foi parcialmente compensada pelo crescimento de 4,2% na *Despesa Efetiva*. Estes resultados contêm os impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março do ano passado, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença e estabilização macroeconómica.

A evolução da receita, que aumentou 1 675 M€ face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo do crescimento da *Receita Fiscal* (2,5%) bem como das *Contribuições Sociais* (6,7%). Do lado da despesa, que aumentou 1.824 M€, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,2%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, e o crescimento das *Transferências Correntes* (6,2%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Aquisição de Bens e Serviços* registaram contrações de 9,4% e 4,4% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* registasse um défice de 3 119 M€ (piorou 560 M€ face ao período homólogo). Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 8.094 M€, a Administração Regional e Local apresentou um excedente 447 M€, e a Segurança Social registou um excedente de 587 M€.

Administração Central

Em junho, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 8.094 M€, um agravamento de cerca de 636 M€ em termos homólogos. O Saldo Primário também registou um défice, de 4.230 M€ quando comparativamente no período homólogo o défice verificado foi de 3.187M€.

Esta evolução é explicada pelo aumento da *Receita Efetiva* (2,6%) que foi mais que compensada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (4%). Para o comportamento da receita, salientam-se os crescimentos da *Receita Fiscal* (2,2%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (2,4%) bem como das contribuições sociais (2,1%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (4,8%), assim como das *Transferências Correntes* (7,1%). Por outro lado, registam-se as quebras nas *Aquisições de Bens e Serviços* (6,5%) e dos *Juros e Outros Encargos* (9,5%).

Por subsectores, o subsector Estado registou em maio um défice de 8.015 M€ (um agravamento de 85M€face ao período homólogo), e um défice primário de 4.266M€ (agravamento de 475M€ face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem o aumento de 2,4% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* subido 5%, com os aumentos no *IRC* (27,1%) assim como do *IRS* (3%). Os *Impostos Indiretos* subiram 1,1%, para o qual contribuiu os aumentos do *ISV* (0,6%), do *IVA* (2,8%) bem como *Imposto do Selo* (5,1%). Em sentido contrário, registaram-se as diminuições do *ISP* (-7,2%) do *IABA* (-1,5%), do *Imposto sobre o Tabaco* (-1,1%) bem como do *IUC* (-5,7%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta aumentou 3,6%, devido essencialmente à subida das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (6,5%). Em sentido contrário registou-se uma diminuição nos *Rendimentos de Propriedade* (-14,4%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um défice de 80M€, uma degradação de 551 M€ face ao verificado no período homólogo. O aumento da receita (0,3%) é justificado pelo crescimento das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (1,8%) assim como das *Transferências da Administração Central* (1%) e das *Contribuições Sociais* (2,6%). Do lado da despesa, que cresceu 3,9%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (6,8%) e das *Despesas de Capital* (21,5%). Em sentido contrário verificou-se a diminuição da *Aquisição de Bens e Serviços* (9,1%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021	2021	
	jan a jun		mai	jun
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	25 136	25 793	-4,8	2,6
Impostos diretos	5 823	6 114	-10,5	5,0
Impostos indiretos	11 730	11 822	-5,1	0,8
Despesa Efetiva	32 594	33 887	2,3	4,0
Despesa com pessoal	8 671	9 086	5,1	4,8
Aquisição bens e serviços	4 623	4 323	-10,0	-6,5
Juros	4 271	3 864	-2,0	-9,5
Despesa Capital	2 122	2 626	-3,6	23,8
Investimento	1 420	1 528	0,9	7,6
Saldo Global	-7 458	-8 094	-	-
Saldo Primário	-3 187	-4 230	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2020	2021			2020	2021		
	jan a jun				jan a jun			
	10º euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10º euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	15 847	15 899	416	0,3	5 354	5 038	38,2	-5,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1849	1887	49,1	2,1	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	9 845	9 934	49,7	0,9	545	485	40,5	-11,0
Despesa Efetiva	15 375	15 979	418	3,9	5 804	5 942	43,2	2,4
Despesa com pessoal	3 761	4 017	47,0	6,8	2 199	2 383	47,9	8,3
Aquisição de bens e serviços	4 194	3 811	38,9	-9,1	2 057	1595	37,0	-22,5
Transferências correntes	5 249	5 356	44,1	2,1	28	25	31,5	-11,0
Saldo Global	472	- 79	-	-	- 450	- 904	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em junho registou um défice de 200 M€, o que representa um agravamento de 424 M€ face ao verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 0,7%, atingindo 5.546 M€, justificado pelo aumento de 1,9% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 5.325 M€. Refira-se que estas transferências constituíram 96% do total da receita.

A despesa total aumentou 8,8% em termos homólogos, atingindo 5.746 M€. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,6% nas *Despesas com Pessoal* e de 10,1% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 26,3% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* e na *Aquisição de Bens (compras de inventários)* que cresceu 9,3%. Em sentido oposto, assistiu-se às diminuições 1,2% dos *Produtos Vendidos em Farmácias* e de 2,2% nas *Parcerias Público-Privadas*.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020		2021	
	jan a jun			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	5 507	5 546	0,7	48,2
Receita fiscal	57	28	-51,9	22,4
Outra receita corrente	5 421	5 492	1,3	49,1
Transferências correntes do OE	5 223	5 325	1,9	-
Receita de capital	29	26	-10,1	12,0
Despesa Total	5 283	5 746	8,8	49,5
Despesa com pessoal	2 141	2 347	9,6	48,8
Aquisição de bens e serviços	2 929	3 224	10,1	50,3
Despesa de capital	110	82	-25,4	27,9
Saldo Global	224	- 200	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

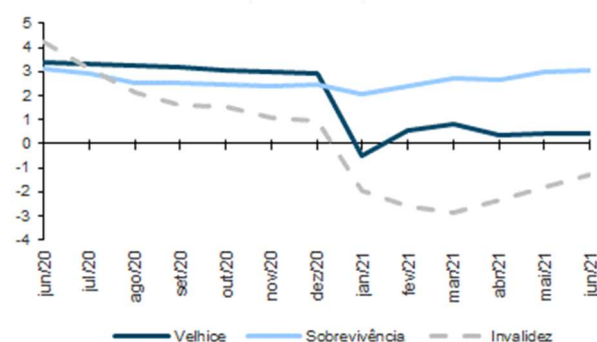
Segurança Social

No final do primeiro semestre, a Segurança Social apresentou um excedente de 587 M€, uma melhoria de 235 M€ verificados face ao verificado em no final do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 9,6% em termos homólogos. Para tal desiderato, contribuiu a subida das receitas com *Contribuições e quotizações* (7,7%), assim como das *Transferências do Orçamento do Estado* (11,2%). É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 1,6%, com o *IVA Social* a crescer 3,8%. É ainda de salientar que houve transferência de 412 M€ referente às *Medidas Excecionais e Temporárias (COVID-19)*, que não se verificaram no período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 8,1% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (2,8%), assim como o das *Prestações de Desemprego* (22%). Ainda de realçar a despesa de 1.304 M€ referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluísse, permitiriam que o excedente fosse maior (1.891 M€).

Figura 2.21. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.

Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019	2020		
	jan a jun			
	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	13 955	15 292	9,6	48,3
Contribuições e quotizações	8 419	9 069	7,7	47,9
Transferências correntes da Administração Central	4 332	4 811	11,1	47,9
Despesa Efetiva	13 603	14 705	8,1	47,8
Pensões	7 665	7 877	2,8	42,3
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	724	883	22,0	53,7
Outras Prestações Sociais	3 561	4 144	16,4	47,4
Saldo Global	352	587	-	-

Fonte: DGO

Administração Regional

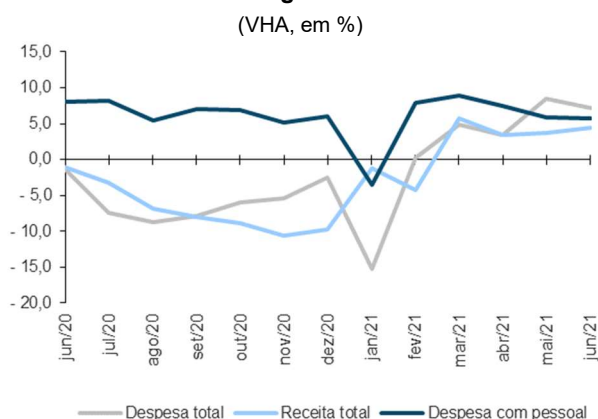
Concluído o primeiro semestre, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 186 M€, o que representa uma degradação de 41 M€ em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* (4,4%) que foi mais que compensada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (7,2%).

Ao défice de 135 M€ da Região Autónoma da Madeira juntou-se o défice de 51 M€ da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 104 M€ na Região Autónoma da Madeira e uma melhoria de 63 M€ na Região Autónoma dos Açores.

Para o crescimento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente o aumento das *Aquisição de Bens e Serviços* (1,7%) bem como das *Despesas com Pessoal* (2,6%). Em sentido inverso verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-2%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 2,2% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-3,8%).

Figura 2.22. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

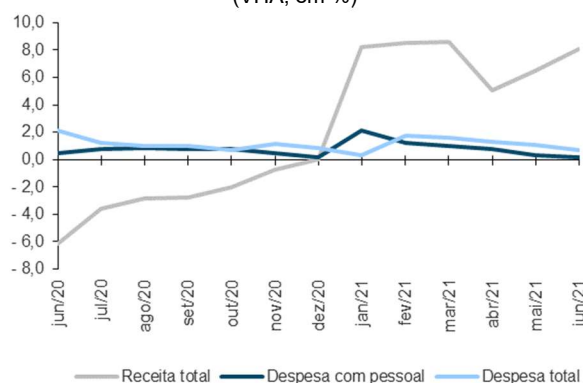
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de junho, aumentou 293 M€ face ao registado no período homólogo, atingindo 633 M€. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (8,1%) que mais que compensou a subida da *Despesa Efetiva* de 0,7%.

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (6,9%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (7,9%) e no âmbito da *Participação do IRS* (8,1%) assim como das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (0,6%).

O comportamento da despesa assenta no aumento das *Despesas com Pessoal* (0,2%), na subida das *Transferências Correntes* de 2,7%. E no crescimento da *Aquisição de bens e serviços* (0,1%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2020	2021		2020	2021	
	jan a jun			jan a jun		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Total	1 090	1 138	4,4	3 933	4 251	8,1
Impostos	674	633	-6,2	1 346	1 489	10,6
Transferências correntes	220	242	10,1	1 501	1 655	10,3
Transferências de capital	123	132	7,6	377	398	5,6
Despesa Total	1 235	1 324	7,2	3 592	3 618	0,7
Pessoal	561	593	5,7	1 270	1 272	0,2
Aquisição de bens e serviços	284	305	7,3	996	998	0,1
Juros e outros encargos	83	58	-29,4	19	19	0,2
Transferências correntes	113	138	22,1	396	407	2,7
Investimento	48	52	8,3	639	647	1,3
Transferências de capital	111	117	5,6	138	140	1,4
Saldo Global	- 145	- 186	-	340	633	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de maio de 2021, a dívida pública atingiu 274.811 M€, um aumento de 2.064 M€ face ao mês anterior e mais 4.319 M€ que no final de 2020.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 805 M€ face ao verificado no final de abril e mais 7.567 M€ que no final do ano de 2020 com os depósitos a diminuir 3.248 M€ ao final de 2020.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2020	30/04/2021	31/05/2021
Administrações Públicas	270 492	272 746	274 811
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 242	280 286	282 227
Administração Regional e Local	10 649	10 674	10 651
Segurança Social	3	2	1
Consolidação entre subsectores	18 401	18 215	18 068
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 694	14 591	15 933
Depósitos das Administrações Públicas	23 905	19 397	20 657

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1.672 M€ em março, um aumento de 19 M€ face ao mês anterior, e mais 281 M€ que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Central (22 M€), parcialmente compensada pela diminuição de 2 M€ verificada na Administração Regional.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mai	2021 jun
Administrações Públicas	1 391	1 653	1 672
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	406	617	639
Administração Regional	82	133	131
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 836 M€ em junho, correspondendo a um aumento de 118 M€ face ao mês anterior, e de 457 M€ face ao final de 2020. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (+119 M€ em relação ao mês anterior).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mai	2021 jun
Administrações Públicas	379	717	836
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	38	39
SNS	3	5	6
Hospitais EPE	147	481	600
Empresas Públicas Reclassificadas	25	20	20
Administração Regional	121	117	114
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	379	718	836

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em junho, a dívida direta do Estado atingiu 275.842 M€, um aumento de 3.482 M€ que no final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 275.399 M€. A emissão líquida de OT (1.000 M€), assim como de CEDIC e CEDIM (972 M€) bem como de Bilhetes do Tesouro (1.255 M€) foram as principais razões que explicam este crescimento.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mar/21		2021 jun		30/jun/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	175 621	2 264	:	92	177 977
da qual: Bilhetes do Tesouro	11 043	1 255	:	:	12 298
da qual: Obrigações Tesouro	151 255	1 010	:	- 10	152 255
Não Transacionável	41 699	1 641	515	:	42 825
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	29 955	430	353	:	30 032
da qual: CEDIC e CEDIM	7 718	1 096	124	:	8 689
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	272 359	-	0	0	275 842
Dívida total após cobertura cambial	272 018	-	-	-	275 399

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 14 de julho, a República Portuguesa efetuou 2 leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 622 M€ da OT 4,475%18OUT2030, à taxa de 0,127%, e 292 M€ da OT 4,1% 15APR2037 à taxa de 0,609%.

A 21 de julho, o IGCP realizou 1 leilão de Bilhetes do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 1.000 M€ do BT 22JUL2022, à taxa média de -0,594%.